FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA

ALLINE RAISSA DE OLIVEIRA SOUSA
AMANDA DE AGUIAR VIANA
ANA SUZANE DE JESUS COSTA
FRANCISCA DOS NAVEGANTES DE MENEZES LOPES
KARLA PATRÍCIA AGUIAR CARVALHO

PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC):

O que? Por quê?

Chapadinha
2015

ALLINE RAISSA DE OLIVEIRA SOUSA
AMANDA DE AGUIAR VIANA
ANA SUZANE DE JESUS COSTA
FRANCISCA DOS NAVEGANTES DE MENEZES LOPES
KARLA PATRÍCIA AGUIAR CARVALHO

PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC):

O que? Por quê?

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), para obtenção do grau de licenciadas em Pedagogia.

Orientador: Profº. Ms. Flávio Oliveira Sousa

Chapadinha
2015

ALLINE RAISSA DE OLIVEIRA SOUSA
AMANDA DE AGUIAR VIANA
ANA SUZANE DE JESUS COSTA
FRANCISCA DOS NAVEGANTES DE MENEZES LOPES
KARLA PATRÍCIA AGUIAR CARVALHO

PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC):

O que? Por quê?

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), para obtenção do grau de licenciadas em Pedagogia.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

_____

Profº. Ms. Flavio Oliveira Sousa (Orientador)
Mestre em Ciência Animal
Faculdade do Baixo Parnaíba

_____

1º Examinador

_____

2º Examinador

A Deus, aos nossos familiares, a FAP e a todos que fazem a educação do nosso Brasil.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida, por nos ter concedido a felicidade de gozar saúde de corpo e mente, nos ter agraciado com uma família e amigos que nos apoiam e acreditam em nossa capacidade de superação.

Aos nossos pais, esposos, filhos, filhas e demais familiares, amigos e amigas que tanto batalharam para que pudéssemos crescer em estatura e conhecimento, que com suas palavras carinhosas nos acalmaram a alma e com suas palavras duras nos fizeram refletir sobre nossas atitudes, e principalmente por nunca desistirem de nós.

Aos colegas de estudo que tornaram nossa caminhada mais intensa e dignificante ao compartilharem as alegrias, dúvidas, tristezas e conhecimentos.

À diretora e aos professores da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), especialmente, ao Prof. Ms. Flávio Oliveira que muito se esmeraram para o nosso crescimento intelectual, profissional, humano e dedicaram seu tempo, compartilharam suas experiências para que esse trabalho fosse mais um aprendizado de vida, nosso carinho e agradecimento.

“O meu olhar é nítido como um girassol.
Tenho o costume de andar pelas estradas,
Olhando para direita e para a esquerda,
E vez em quando olhando para trás...”

Alberto Caeiro

RESUMO

A leitura e a escrita compreendem não só a função pedagógica de ensinar a ler e escrever como instrumento essencial para o exercício da cidadania, mas é através desses atos que os alunos organizam e reorganizam os conhecimentos construídos, suas ideias e experiências em sociedade. Nesta perspectiva, no Brasil, considerando os baixos índices nacionais no que se refere a essa temática, os governos federais, estaduais e municipais assinaram um Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Neste sentido, objetivando conhecer a estrutura e os fundamentos teórico-metodológicos do PNAIC, realizou-se este estudo, por meio de uma pesquisa bibliográfica. Para tanto, refletiu-se sobre as políticas públicas da educação no Brasil, discutiu-se as concepções de alfabetização, como se estrutura e qual concepção teórico-metodológica norteia o PNAIC. Conclui-se que o Pacto apresenta uma estrutura renovada, considerando ações anteriores na história da alfabetização no Brasil, retoma a necessidade da formação continuada de professores e dos recursos didáticos específicos para as ações propostas, porém, o tempo e a realização das ações do Pacto ainda não apresentam dados precisos dos resultados, até a conclusão desta pesquisa.

Palavras-chave: Alfabetização. Alfabetização na Idade Certa. Leitura e escrita.

ABSTRACT

Reading and writing include not only the pedagogical function of teaching reading and writing as an essential tool for citizenship, but it is through these actions that students organize and reorganize the knowledge built, their ideas and experiences in society. In this perspective, in Brazil, considering the low national indices with regard to this issue, federal, state and local governments signed a National Pact for Literacy in the Age One (PNAIC). Thus, aiming to know the structure and the theoretical and methodological foundations of PNAIC, took place this study, through a literature search. There fore, reflected on public policies of education in Brazil were discussed literacy concepts, how it is structured and what theoretical and methodological design guides the PNAIC. It is concluded that the Covenant has a renewed structure, considering previous actions in literacy history in Brazil, takes the need for continuing education of teachers and teaching resources specific to the proposed actions, however, the time and the implementation of Covenant actions not yet have precise data of the results until the completion of this research.

Keywords: Literacy. Literacy at the right age. Reading and writing

LISTA DE SIGLAS

ANA	-	Avaliação Nacional da Alfabetização
CEB	-	Câmara de Educação Básica
CF	-	Constituição Federal
CNE	-	Conselho Nacional de Educação
CONAE	-	Conferência Nacional de Educação
ENEM	-	Exame Nacional do Ensino Médio
FUNDEB	-	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IDEB	-	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	-	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira
LDB	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	-	Ministério da Educação
PAR	-	Plano de Ações Articuladas
PCNs	-	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	-	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNAIC	-	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
RECNEI	-	Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil
SAEB	-	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SAEP	-	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Primária
UNESCO	-	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

			p.
Figura 1	-	Fundamentos legais do PNAIC	46
Figura 2	-	Ações desenvolvidas pelo Pacto	47
Figura 3	-	Parcerias para o PNAIC	52

SUMÁRIO

p.
1 INTRODUÇÃO 11
2 REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL 13
2.1 A Alfabetização no Brasil: percurso histórico 16
2.1.1 A Alfabetização e os Programas Educacionais 20
2.2 A Alfabetização no século XXI 23
2.2.1 Discutindo a concepção de Alfabetização 23
3 PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) 27
3.1 Definições e estrutura do PNAIC 29
3.2 Público alvo e suas características 31
3.3 A concepção de alfabetização no PNAIC 33
3.4 Os fundamentos legais do Pacto 37
3.5 Métodos e Estratégias do Pacto 39
4 PNAIC: O QUE? POR QUÊ? 41
4.2 O que é o PNAIC 44
4.3 Por que um Pacto 44
4.4 A concepção teórico-metodológica do PNAIC 45
5 CONCLUSÃO 53
REFERENCIA. 56

1 INTRODUÇÃO

A vida em sociedade requer inúmeras e imprescindíveis ações dos sujeitos viabilizadas pelo ato de ler e escrever. Assim, o domínio da leitura e da escrita reestrutura ideias e expectativas, amplia o conhecimento do sujeito diante das coisas do mundo e para a transformação da sociedade.

Considerando o que aborda o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) que visa alfabetizar todas as crianças até no máximo oito anos de idade, faz-se necessário, no dia a dia, o desenvolvimento de práticas efetivas de leitura e escrita nas áreas de língua portuguesa e matemática, sobretudo, dos três primeiros anos do ensino fundamental, respeitando o tempo e o espaço de formação para o exercício pleno da cidadania.

Neste sentido, o interesse em conhecer o PNAIC, compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios, remete ao objetivo de alfabetizar todas as crianças do país, considerando o número de crianças que concluem essa etapa, sem dominar o sistema linguístico e os conhecimentos matemáticos. Para tanto, buscou-se descrever sua estrutura e identificar a concepção teórico-metodológica que norteia tal proposição.

Diante dos objetivos propostos realizou-se a presente pesquisa, de cunho bibliográfico, com abordagem qualitativa. A metodologia adotada baseou-se na perspectiva de Gil (2002) que afirma ser a pesquisa bibliográfica fundamentada em fontes de leitura recorrente ou de referência e nos documentos oficiais, e considerando que tal tipo de pesquisa “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propícia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. (LAKATOS; MARCONI, 2011, p. 57).

A pesquisa enfoca os referencias teóricos sobre a temática e documentos oficiais do PNAIC tais como: Albuquerque (2012), Cruz, (2008), Barbosa (1994), Ferreiro (2011), Brasil (2012), dentre outros.

O presente trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos. O primeiro, de caráter introdutório, no qual apresentam-se os objetivos e a estrutura do trabalho da pesquisa. No segundo, apresenta-se reflexões sobre as políticas públicas para a educação, bem como o percurso histórico da alfabetização no Brasil, destaca-se os programas educacionais e as concepções de alfabetização que

permeiam o contexto educacional brasileiro. Na terceira parte apresenta-se a definição do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, sua estrutura, público alvo, concepção de alfabetização e os fundamentos legislação que subsidiam o Pacto. O quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa enfatizando o que e o porquê do Pacto. Para finalizar apresenta-se as considerações acerca do tema pesquisado, a fim de que se compreenda o PNAIC e algumas orientações básicas.

2 REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Por tornar-se um dos temas de maior relevância para a sociedade moderna, a educação passou a ocupar um lugar de destaque nas políticas governamentais nas últimas décadas, tendo como principal objetivo reorganizar toda a estrutura educacional do Brasil em seus aspectos histórico-social-econômico, bem como suas diretrizes e concepções (VELLOSO, 1996).

Nesta perspectiva, reconhecer a educação como mola do desenvolvimento social e buscar o fortalecimento dessa postura face aos desafios da gestão política, exige uma análise mais complexa sobre a educação no país, a fim de se formar proposições sobre o tema. Trata-se de uma compreensão ampla que vai desde o financiamento até a formação dos alunos.

Conforme Freitag (1986, p. 13), “durante longos períodos da história brasileira a educação como fator do desenvolvimento foi total ou parcialmente negligenciada”, portanto, é notória a necessidade de uma teoria que direcione ao “novo” da educação brasileira; o cumprimento das leis que assegurem a autonomia e a gestão democrática, formação contínua dos profissionais, entre outros.

No entanto, é primordial reconhecer que somente quando o problema for assumido por todos os órgãos competentes da educação e quando todos os envolvidos nesse processo como a família, escola e comunidade assumirem verdadeiramente suas funções, o projeto de mudança caminhará e obterá êxito, como prever a Constituição de 1988, no artigo 205:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2014, p. 55).

Nesse sentido, a linha do tempo histórico da legislação brasileira no que se refere a educação foi imprescindível para as conquistas atuais. Destaca-se que no ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 foi reformulada, reafirmando a educação como direito de todos, sendo a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios seus principais contribuidores (BRASIL, 2011).

Conforme Brandão (2010, p. 17), a LDB em seu artigo 1º afirma:

> a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Nessa conjuntura, um dos avanços consideráveis foi o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2001-2010, promulgado pela Lei nº 10.172 de 09 de janeiro do ano de 2001. O que se registra aconteceu 67 anos após a sinalização, pela primeira vez, sobre o assunto na Constituição de 1934.

Destaca-se ainda, a Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada em Brasília, no período de 28 de março a 1º de abril de 2010. As diretrizes das quais originou-se o PNE para o decênio de 2011 a 2020 são oriundas dessa conferência.

Nesta perspectiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica afirmam que:

> [...] a educação básica de qualidade é um direito assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. [...] a formação escolar é o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. (BRASIL, 2013, p. 6).

Para Höfling (2001, p. 31), “as políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, com o objetivo de diminuir a desigualdade socioeconômica, através da redistribuição dos benefícios sociais”. Assim, as políticas sociais indicam o início de um processo para equilíbrio das desigualdades sociais.

Segundo afirma Ahlert (2003, p. 131),

> As políticas públicas são ações empreendidas pelo Estado para efetivar as prescrições constitucionais sobre as necessidades da sociedade em termos de distribuição e redistribuição das riquezas, dos bens e serviços sociais no âmbito federal, estadual e municipal.

Sobre esse aspecto, Neves (1994, p. 16) destaca:

> O ritmo e a direção das políticas educacionais, em determinada formação social concreta capitalista na atualidade, estão relacionados tanto com a consolidação dos níveis de participação popular alcançados – ou seja, com o alargamento dos mecanismos de controle social das decisões estatais – como também com o nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

Assim, para as políticas educacionais é indispensável a compreensão do contexto histórico no qual elas são elaboradas, visto que apresentam os posicionamentos e reflexos da educação em certo momento histórico.

Nesse sentido, analisar as políticas públicas para a educação exige familiaridade com a história educacional e social. Iniciado na década de 1980 no Brasil, o campo investigativo sobre as políticas públicas ganhou importância no cenário político social norteadas pela Sociologia e a Ciência Política. Visto a relevância dessa temática também abrange outros campos, a exemplo, “no campo educacional passou-se a produzir estudos que privilegiam a abordagem da educação na sua dimensão de política pública” (AZEVEDO, 1997, p. 1-2).

Nessa linha de pensamento, percebe-se que historicamente a educação tem buscado adaptar-se às mudanças dos governos, às aspirações dos grupos envolvidos no processo e claramente, ao sistema capitalista[1] adotado no país.

De acordo com o disposto acima, pensar em políticas públicas para a educação demanda investigar sobre a eficácia de programas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), criado pela Lei Nº 11.494/2007de 20 de junho de 2007, que “funciona como um mecanismo redistribuidor de recursos, no qual cada Estado e Município, contribui para a formação do fundo, com base na arrecadação de alguns impostos e transferências e, após, estes recursos são redistribuídos para os Estados e Municípios” (BRASIL, 2007c); Quais considerações pode-se fazer sobre a influência dos programas para a Educação nas últimas décadas? É possível afirmar que elas contribuíram para mudanças de comportamentos? A escola tem efetivamente educado para o exercício da autonomia cidadã?

Em se tratando de educação, as respostas aparecerão a longo prazo. No entanto, enfatiza-se que com o reconhecimento político às políticas educacionais impulsionaram conquistas como o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano de Ações Articuladas (PAR) que busca combater os problemas que causam o insucesso educacional.

> Em 2007, a Presidência da República lança o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação por meio do Decreto Nº 6.094/2007; e o MEC, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Este consiste em um conjunto de ações estruturadas com base nos princípios da educação sistêmica com ordenação territorial, objetivando reduzir desigualdades sociais e regionais em torno de quatro eixos articuladores: educação básica, alfabetização, educação continuada e diversidade, educação tecnológica e

[1] O sistema capitalista se constitui de relações políticas e econômicas, sendo um processo continuo que acumula capital através do lucro ou da mais valia diferenciando-se do dinheiro que estar envolvido na troca de produtos (NOBRE, 2014).

> profissional e educação superior. Um de seus desdobramentos é o Plano de Ações Articuladas (PAR), que permite ao MEC oferecer apoio técnico e financeiro aos municípios com índices insuficientes de qualidade do ensino. O PAR está estruturado em quatro dimensões: gestão educacional, formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar, práticas pedagógicas e avaliação, infraestrutura física e recursos pedagógicos (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011, p. 34).

Dentre as ações para uma educação pública com qualidade social referenciada, também foram criados meios e instrumentos de controle e avaliação para o atendimento das demandas nacionais e as “exigências” internacionais, tais como, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que acompanha nacionalmente, escola por escola, a qualidade do ensino; o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que avalia a qualidade no ensino ministrado e o desempenho dos alunos na Educação Básica; o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) avalia individualmente o aluno que conclui o Ensino Médio; os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), destacam o currículo e orientam, pedagogicamente o trabalho dos professores no âmbito nacional, dentre outros. (BELLO, 2013).

Neste contexto, questiona-se até que ponto as iniciativas, no que se refere a legislação, programas e projetos se concretizam? Pode-se reunir alguns elementos comuns na prática profissional, a família, o contexto político social atual, a organização da escola, a sala de aula, essa junção permite afirmar que ao longo da história política social brasileira a educação, direito de todos e dever do Estado, conforme previsto no Art. 205 da Constituição Federal (BRASIL, 2014), caminhou a passos lentos, não recebeu a atenção necessária, mas está posto.

2.1 A Alfabetização no Brasil: percurso histórico

A alfabetização no Brasil, desde o final do século XIX, especialmente com a proclamação da República, destacou-se como uma das prioridades da modernidade. O preparo para as novas gerações consolidou-se, por sua vez no ambiente escolar, pautado pela necessidade de uma nova ordem política e social.

A escola assumiu um importante papel de modernização e progresso do Estado-nação, sendo a principal propulsora da “aquisição do saber/esclarecimento”.

No âmbito dos ideais republicanos[2], saber ler e escrever eram instrumentos imperativos da modernização e do desenvolvimento social. Desse modo, a leitura e a escrita - que antes eram práticas restritas a poucos - tornaram-se fundamentos obrigatórios nas instituições escolares.

Passados mais de cem anos desde a implantação do modelo republicano[3] de escola observa-se, a partir da superação daquilo que dentro de cada momento histórico era considerado um sistema de ensino tradicional, repetidos esforços de mudança, que se concentraram, oficialmente, na questão dos métodos de ensino da leitura e da escrita, limitando assim, a discussão a respeito da alfabetização em dois grupos de métodos: os sintéticos e os analíticos.

No que diz respeito aos métodos Barbosa (1994, p. 45) descreve:

> O primeiro que vai da Antiguidade até meados do século XVIII é marcada pelo uso exclusivo do chamado método sintético. O segundo, a partir do século XVIII, em que tem início um processo de oposição teórica ao método sintético pelos percussores do chamado método global, oposição esta que se efetivará no início do século XX, com Decroly. O atual, em que, ultrapassando a batalha entre defensores do método sintético e defensores do método analítico, questiona-se aquilo que é fundamental desses dois métodos.

O método sintético segue a marcha que vai “da parte para o todo”, ou seja, da soletração, partindo do nome das letras; fonema, partindo dos sons das letras; e da silabação, partindo das sílabas. Assim, o ensino da leitura, acontecia sempre de acordo com certa ordem crescente de dificuldade, considerando primeiro o ensino das letras, dos sons em sílabas ou conhecidas as famílias silábicas para, posteriormente, ensinar a ler as palavras formadas com as letras e sílabas, ficando por fim, o ensino das frases isoladas.

Já a escrita, era restrita a caligrafia e a ortografia, e seu ensino, a cópia e ditados, considerando o desenho correto das letras (BARBOSA, 1994). Para Barbosa (1994, p. 47), o método sintético adotava procedimentos sequenciados para garantir a aprendizagem da leitura e da escrita, quais sejam:

> O aprendiz deveria dominar o alfabeto, nomeando cada uma das letras, [independente do seu valor fonético e de sua grafia. O aprendiz aprendia repetindo em coro, soletrando. Após esse período, era apresentada a grafia

[2]A mudança do pensamento político no Brasil ocorreu com a chegada da República e representou o coroamento dos ideais liberais na filosofia, na pedagogia, na literatura, e na política. Herdeira do iluminismo, as ideias circulavam guardando a crença no poder da ciência, na cultura, e da certeza de que a educação intelectual e a escola seriam os únicos caminhos para melhorar os homens, salvar a nação do atraso em relação aos outros povos, e desenvolver o país.

[3] Instituições Escolares que surgiram no republicanismo eram escolas com metas de combater o analfabetismo no Brasil, pois a maioria da população não sabia ler, escrever, contar.

> das letras do alfabeto e, numa primeira síntese, apresentavam-se as sílabas, sistematicamente e em ordem.

Em resumo, o método sintético inicia nos estudos dos signos, considerando o desenvolvimento da linguagem oral uma consequência desse processo, ou seja, a leitura se dá a partir da aprendizagem em primeiro lugar das letras, depois as palavras e em seguida os textos.

A partir de 1890, houve a reorganização da Escola Normal de São Paulo e a criação da Escola-Modelo. Assim, do ponto de vista didático, a base da reforma estava nos novos métodos de ensino, em especial, no então novo e revolucionário método analítico para o ensino da leitura, utilizado na Escola-Modelo (à Normal), onde os normalistas desenvolviam atividades "práticas" dos quais deveriam seguir como modelo de ensino.

> No Brasil, a batalha dos métodos foi objeto de acirrada discussão entre partidários do caminho analítico. Após os debates, que repercutiram até nas páginas dos jornais, a Diretoria Geral de Instrução do Estado de São Paulo determinou a obrigatoriedade de adoção do método analítico nas escolas públicas. Essa obrigatoriedade foi questionada pelos professores que, na verdade, nunca aplicaram os princípios do método analítico. A lei foi revogada em 1920, estabelecendo a liberdade de cátedra na opção do método de ensino de leitura e escrita. (BARBOSA, 1994, p. 51).

Os professores formados por essa escola normal passaram a defender o método analítico e disseminá-lo para outros estados do país, através das “missões de professores” paulistas. Esse método, sob forte influência da pedagogia norte-americana, baseia-se em princípios didático de caráter biopsicofisiológico[4], no qual o ensino da leitura parte do todo para então chegar às partes menores.

O método analítico privilegia a compreensão e o reconhecimento global como estratégia principal para o ensino, tomando com unidade o estudo as palavras, as frases e os textos, para posteriormente realizar a análise das unidades menores. Esse método, também incentiva a leitura silenciosa e a cópia como atividades frequentes em sala de aula.

No início do século XX, passaram a ser produzidas cartilhas, baseadas no método de marcha analítica (processo de palavração e sentenciação). Tais cartilhas fundamentava-se em princípios modernos da linguística da época, que consistia, basicamente, em trabalhar primeiro a palavra e em seguida os valores fonéticos menores, as letras. Expandindo assim, o ensino da leitura, para uma fase científica e

[4]Caráter biopsicofisiológico: o modo como a criança pensa e entra em contato com o objeto.

definitiva e consolidando o mercado editorial da educação. A expansão do método analítico acontece em torno da preocupação central em como ensinar e a quem ensinar; atrelando as questões psicológicas às habilidades motoras e visuais.

O método analítico continuou a ser propagado por seus defensores e por sua eficácia. Contudo, houve uma conciliação entre os métodos de ensino da leitura e escrita, analítico e sintético, dando voz a um meio termo, os métodos mistos ou ecléticos (analítico-sintético ou vice-versa).

A partir daí, constitui-se um ecletismo processual e conceitual da alfabetização, que envolve uma questão de medidas e métodos de ensino, insere a criança em classes homogêneas, de acordo com seu nível de maturidade, considera a escrita como uma questão de habilidade caligráfica e ortográfica, devendo essa ser ensinada junto à habilidade de leitura, formando um aprendizado preparatório, baseados em exercícios de discriminação e coordenação viso-motora ou auditivo-motora, entre outros.

No entanto, o método misto passou a ser questionado, em decorrência das urgências sociais e dado o fracasso da escola na alfabetização de crianças, acentuando a necessidade de mudanças na educação. Sendo assim, na busca de soluções para os problemas existentes, introduziu-se no Brasil o pensamento construtivista, resultante de pesquisas desenvolvidas pela argentina Emília Ferreiro e colaboradores.

O construtivismo apresenta-se como uma revolução conceitual, que incentiva o abandono as teorias e práticas tradicionais, demandando, entres outros aspectos, a “desmetodização” do processo de alfabetização e questiona as ferramentas para o ensino da leitura e da escrita, dentre eles as cartilhas.

De qualquer modo, nesse momento, tornam-se hegemônicos o discurso institucional sobre o construtivismo e as propostas de concretização decorrentes de certas apropriações da teoria construtivista. E tem-se, nos dias atuais, a institucionalização, em nível nacional, do construtivismo em alfabetização, presente, por exemplo, nos PCNs, dentre tantas outras iniciativas recentes.

2.1.1 A Alfabetização e os Programas Educacionais

A alfabetização escolar é um processo complexo e multifacetado, caracteriza-se como passivo de ações especificamente humanas, que concretizam a inserção e inclusão dos não alfabetizados no mundo da cultura escrita e nas instâncias públicas de uso da linguagem é, sobretudo, um direito constitucional do cidadão.

Embora possa parecer um truísmo, a característica complexa e multifacetada desse processo parece não ter sido sempre tão evidente por si no âmbito de políticas públicas[5] para a alfabetização, formuladas, implementadas e avaliadas em níveis local, estadual ou federal nas últimas décadas no Brasil, principalmente porque a "alfabetização significa adquirir língua escrita através de um processo de construção do conhecimento, dentro de um contexto discursivo de interlocução e interação, com uma visão crítica da realidade". (FREIRE, 1996, p. 17).

Ao longo dos aproximadamente 130 anos de história da alfabetização (MORTATTI, 2011), nota-se que em determinados momentos que, aquilo que se denomina "políticas públicas", tende-se a reduzir a aspectos neutros e meramente técnicos. Contudo, segundo Mortatti (2011), essas políticas têm buscado embasamento acadêmico.

> Hoje já estão consolidadas [...] políticas públicas caracterizadas pela subsunção do discurso acadêmico-científico no discurso oficial, constatáveis, por exemplo, na autoria institucional de documentos oficiais, nos quais os docentes pesquisadores das universidades públicas figuram como elaboradores do documento, mas não autores de políticas públicas e propostas didático-pedagógicas encomendadas pelo Estado. (MORTATTI, 2011, p. 337).

Acontece que, mesmo com a redemocratização do país a partir da Constituição de 1988, o poder público não conseguiu avançar na promoção de qualidade na escola. Vários fatores acarretam a precariedade deste cenário, dentre eles estão às políticas em favor desta. Se as políticas públicas falham no combate à pobreza, criminalidade, desemprego e demais situações de ordem socioeconômica, já é nefasto, a negligência na política educacional faz-se, ainda, pior.

Demo (2002) assinala que no Brasil as políticas educacionais são ineptas

[5] A função de uma política pública é garantir que a partir dos recursos arrecadados pelo governo sejam implementadas propostas e ações em áreas específicas e que beneficiem a população de forma geral. Para alcançar esse objetivo, as políticas públicas precisam apresentar um grau ótimo de qualidade em relação ao custo-benefício.

e perversas, chegando a questionar a real existência destas, tal como determina o conceito. Como as escolas “[...] se restringem a ser massa de manobra da gestão [...]” (DEMO, 2002, p. 23), o problema não é somente a falta de recursos, mas também “[...] a má utilização e corrupção [...] já que parte dos recursos não chega à escola, que, quase sempre está mal equipada, mal conservada [...] condição incompatível com a educação pública”. (DEMO, 2002, p. 24).

O problema, segundo Sadek (2000) é que o processo de descentralização incluiu uma corrida de interesses dos distintos atores políticos, principalmente entre representantes municipais e estaduais, tendo à frente prefeitos e governadores, respectivamente, na tentativa de influenciar as bancadas dos deputados, redefinindo o tradicional clientelismo aos moldes democráticos. O autor aponta que tal cenário, na educação, resultou em vários programas sociais e educativos pelo viés da dispersão de políticas temporárias.

Assim, tentando estabelecer coesão no sistema educacional, em 1997 o Ministério da Educação (MEC) divulgou sua proposta de estabelecer planejamento decenal ao instituir o PNE. O PNE, segundo Aguiar (2010), mesmo na pretensão de ser um projeto cunhado pela sociedade foi enfraquecido pelos vetos do presidente Fernando Henrique Cardoso. O PNE constituiu-se no plano político como um marco de objetivos e metas estabelecido para o período de 2001-2011, porém no cotidiano das escolas não se concretizaram as melhorias previstas. (AGUIAR, 2010).

Os desafios, no entanto, não tiram a importância de alguns marcos relativos ao processo da alfabetização e sua manutenção enquanto política. O Ciclo de Alfabetização, ditado pelo MEC em 2010, foi reconhecido como um importante avanço nesse processo. A partir da determinação, os três anos iniciais do Ensino Fundamental passaram a ser vistos como um bloco pedagógico ou ciclo sequencial não passível de interrupção, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas.

A decisão foi tomada com base em pesquisas que apontam a repetência como fator, durante esse período escolar, que não favorece a alfabetização e a aprendizagem. Também foram postos como ganhos, as ferramentas que permitem criar um diagnóstico da alfabetização no país, como a Prova Brasil e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), componentes do SAEB e do IDEB que, segundo Neves (1994, p. 17), deixou um legado à educação: “a partir dele, os sistemas passaram a se mobilizar mais pela aprendizagem”, pontuou.

A Prova Brasil constitui-se a primeira avaliação universal realizada em escolas públicas desde 2005 pelo INEP/MEC. Envolve os alunos do 5º e 9º ano do ensino fundamental, que são avaliados nas disciplinas de língua portuguesa e matemática. Os resultados são divulgados com o propósito de mobilizar as escolas e conhecer a realidade da aprendizagem dos alunos, desse modo, os gestores, supervisores e professores devem realizar ações conjuntas para melhorar a qualidade de ensino e de aprendizagem (BRASIL, 2007a).

Já a realização da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) é realizada no 3º ano do ensino fundamental das escolas públicas, considerada fase final do ciclo de alfabetização. A ANA tem como objetivo confirmar se a alfabetização dos alunos foi efetivada, compromisso firmado pelo Governo Federal, Estados e Municípios para garantir a alfabetização dos alunos com aprendizagem básica da apropriação da leitura e da escrita no final do ciclo (BRASIL, 2013a).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), foi implantado no ano de 1985 e 1986, tendo como objetivo conhecer a realidade educacional das escolas públicas. Em 1988 foi definido como Sistema Nacional de Avaliação da Educação Primária (SAEP), e a partir das alterações na Constituição Federal mudou para SAEB. O MEC realizou a primeira avaliação em 1990. Em 1992 o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) ficou responsável pela avaliação. Em 1993 ocorreu novamente a avaliação, passando a ser realizada de dois em dois anos no período de 1995 a 2001. Em 2001 ocorreu um levantamento com quinhentos professores de todas as regiões do país com o intuito de atualizar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Em 2005 ocorreu, em paralelo ao SAEB, a Prova Brasil que possui os mesmos princípios (BRASIL, 2008).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) refere-se ao resultado obtido do Censo Escolar e do SAEB, possibilitando conhecer a realidade de cada escola avaliada.

Por fim, o destaque ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, compromisso firmado entre os governos federal, estadual e municipal de alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade, ao final do terceiro ano do Ensino Fundamental. A iniciativa prever a aproximação de estados e municípios para sua efetiva implementação.

2.2 A Alfabetização no século XXI

A leitura e a escrita em sala de aula compreendem a função pedagógica de ensinar a ler e escrever como instrumento essencial, é através desses atos que os alunos organizam e reorganizam suas ideias e experiências vividas, seja familiar ou escolar. No entanto, para que os alunos possam desenvolver e demonstrar a capacidade de ler e interpretar a realidade é necessário o entendimento de que esse aprendizado aconteça nas séries inicias do Ensino Fundamental e que a reflexão do processo de ensino e de aprendizagem se configure como fator para o desenvolvimento do país e não apenas para atingir objetivos internacionais.

2.2.1 Discutindo a concepção de Alfabetização

De acordo com Ferreiro (1985), historicamente o ensino da leitura e escrita está centrado nos métodos utilizados. Quanto à questão Ferreiro (1985, p. 19) destaca:

> A preocupação dos educadores tem-se voltado para a busca do "melhor" ou "mais eficaz" deles, levantando-se, assim, uma polêmica em torno de dois tipos fundamentais: métodos sintéticos, que partem de elementos menores que a palavra, e métodos analíticos, que partem da palavra ou de unidades maiores.

Assim, observa-se que a dúvida em não saber qual o melhor e mais eficiente método a ser utilizado, interfere diretamente no ensino da leitura e escrita, como também na concepção de alfabetização, uma vez que muitos professores ainda confundem as práticas educativas tradicionais com as ideias construtivistas. Batista (2007, p. 10), faz algumas considerações sobre a concepção de alfabetização.

> Historicamente, o conceito de alfabetização se identificou ao ensino-aprendizagem da "tecnologia da escrita", quer dizer, do sistema alfabético de escrita, o que, em linhas gerais, significa, na leitura, a capacidade de decodificar os sinais gráficos, transformando-os em "sons", e, na escrita, a capacidade de codificar os sons da fala, transformando-os em sinais gráficos.

Observa-se que o conceito de alfabetização sofreu algumas mudanças, uma vez que, a leitura e a escrita não são elementos dissociados, ou seja, para se compreender a leitura precisa-se, necessariamente, compreender o sistema da

escrita e vice versa. Referindo-se às mudanças que ocorreram ao longo dos anos Batista (2007, p. 10), diz:

> A partir dos anos 1980, o conceito de alfabetização foi ampliado com as contribuições dos estudos sobre a psicogênese da aquisição da língua escrita, particularmente com os trabalhos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky. De acordo com esses estudos, o aprendizado do sistema de escrita não se reduzia ao domínio de correspondências entre grafemas e fonemas (a decodificação e a codificação), mas se caracterizaria como um processo ativo por meio do qual a criança, desde seus primeiros contatos com a escrita, construiria e reconstruiria hipóteses sobre a natureza e o funcionamento da língua escrita.

Em linhas gerais, a partir das ideias de Ferreiro e Teberosky, passou-se a ter um novo conceito sobre a alfabetização, assim como também as metodologias de ensino, considerando que, o ensino da leitura e escrita não se limita apenas a decodificação dos símbolos da escrita, mas sim como um meio para compreender o mundo no qual a criança vive. Na mesma linha de pensamento Batista (2007, p. 10) enfatiza:

> Com o surgimento dos termos letramento e alfabetização (ou alfabetismo) funcional, muitos pesquisadores passaram a preferir distinguir alfabetização e letramento. Passaram a utilizar o termo alfabetização em seu sentido restrito, para designar o aprendizado inicial da leitura e da escrita, da natureza e do funcionamento do sistema de escrita. Passaram a correspondentemente, a reservar os termos ou, em alguns casos, alfabetismo funcional para designar os usos (e as competências de uso) da língua escrita.

Nesse sentido, não há dúvida de que os termos alfabetização e letramento são diferentes, porém, reforça a ideia de que a criança precisa ser alfabetizada de modo a saber, utilizar a escrita e a leitura nas diferentes situações sociais, evidenciando-se que a criança deve aprender ler e escrever e saber fazer uso dessa aprendizagem em seu cotidiano. Quanto ao Pacto, Albuquerque (2012, p. 19) destaca:

> A alfabetização centrada em qualquer método sintético ou analítico, como meio de superar o atual contexto de fracasso escolar na alfabetização, é desconsiderar as contribuições das pesquisas que analisam o processo de construção dos sujeitos na aprendizagem da leitura e da escrita e os estudos sobre letramento.

Essa ideia implica dizer que o ensino da leitura e escrita deve considerar as práticas sociais das crianças, uma vez que, ao chegarem à escola já possuem noções sobre a escrita, e precisam, então, sistematizar tais conhecimentos levados para a escola, fazendo-as entender que a apropriação do sistema da escrita é fundamental para a sua vida cotidiana. Nessa perspectiva, a alfabetização na Idade

Certa propõe alfabetizar as crianças até os oito anos de idade de maneira a se tornarem competentes no uso do sistema alfabético.

Segundo Soares (1998), há uma diferença entre os termos alfabetização e letramento, uma vez que a alfabetização constitui-se no ensino de leitura e escrita, enquanto que o termo letramento é mais abrangente, ou seja, não basta apenas o aluno aprender a ler e a escrever, mas fazer uso desse aprendizado em suas práticas sociais.

> Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado. (SOARES, 1998, p. 47).

Nessa perspectiva, o processo de alfabetização deve estar associado ao letramento também, visto que o aprendizado do sistema escrito sucede a capacidade de usar as habilidades linguísticas.

Para Cruz (2008, p. 13), a prática social da criança é o ponto de partida e de chegada no processo de alfabetização.

> No processo pedagógico não se pode ensinar a escrita como se houvesse neutralidade. A escolha dos textos, das situações vivenciadas, pode ser feita de modo a considerar os temas que podem ajudar as crianças a desenvolverem atitudes críticas. A alfabetização, desse modo, pode possibilitar o engajamento das crianças em processos de interação variados em que elas sejam protagonistas e possam agir para transformação de suas próprias vidas.

Considera-se importante continuar com as ideias de Cruz (2008, p. 13), quando diz:

> Consideramos que o processo de alfabetização pode ser também lúdico. Alfabetizar é uma tarefa complexa, mas é possível ensinar e aprender a ler e a escrever por meio de brincadeiras que estimulem a reflexão sobre o Sistema de Escrita Alfabética (SEA).

As atividades lúdicas proporcionam aos alunos um modo diferenciado de aprendizagem, sendo importante inseri-las no contexto escolar. Kishimoto et al (2006, p. 17) destaca,

> [...] considerar que o jogo tem um sentido dentro de um contexto significa a emissão de uma hipótese, a aplicação de uma experiência ou de uma categoria fornecida pela sociedade, veiculada pela língua enquanto instrumento de cultura dessa sociedade. Toda denominação pressupõe um quadro sociocultural transmitido pela linguagem e aplicação ao real.

Depreende-se dessa afirmativa, o quanto as atividades lúdicas podem proporcionar, quando trabalhadas com um determinado significado no contexto

educacional, no intuito de corresponder as inúmeras expectativas criadas relacionando os conteúdos com a ludicidade e desenvolvendo a aprendizagem dos alunos.

Assim, essas ideias servem de subsídios para melhor compreender o processo de alfabetização, pois, uma vez entendido, será mais fácil ajudar as crianças a interpretar o mundo que as cerca.

3 PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC)

Historicamente o ensino não tem possibilitado a todos os sujeitos serem participantes ativos na vida social, o que culmina em situações desastrosas na educação brasileira. O tempo destinado à alfabetização não tem sido cumprido, visto que muitas crianças terminam esse ciclo sem, ainda, estarem devidamente alfabetizadas.

Neste sentido, com o propósito de promover a alfabetização na idade certa, os governos federal, estadual e municipal celebraram um pacto que visa garantir o compromisso firmado no PDE, em 2007, no qual a prioridade é alfabetizar as crianças até o final do 3º ano do ensino fundamental.

Conforme decreto n° 6.094, de 24 de abril de 2007, em seu inciso II do art. 2°:

> A responsabilidade dos entes governamentais de 'alfabetizar as crianças até, no máximo, oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico'. E a Meta 5 do projeto de lei que trata sobre o Plano Nacional de Educação também reforça este aspecto ao determinar a necessidade de 'alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade'. (BRASIL, 2007b, p. 11).

Assim, ao abraçar as ações do PNAIC, estes governos, assumem o dever de ensinar, não somente ler e escrever, mas também, os conhecimentos matemáticos essenciais para a escolarização das crianças que concluíram o 3° ano do ensino fundamental, considerando o que determina a legislação vigente. Para tanto, a fim de identificar o nível de conhecimentos dessas crianças, serão realizadas, anualmente, avaliações institucionalizadas, sob a responsabilidade do INEP.

Tal proposta de alfabetização oferecida pelo governo federal em pareceria com os estados e municípios busca superar os altos índices de analfabetismo no Brasil, pois, embora o país tenha alcançado significativas mudanças na área educacional, ainda tem o desafio de alfabetizar as crianças de todo o território nacional.

Dados do IBGE (2010) afirmam que no Brasil o analfabetismo atinge a 9,6% de toda a população. Dentre as regiões, a que se destaca é o Nordeste apresentando 19,1%, e o Maranhão o percentual alarmante de 20,9%.

O PNAIC tem como principal objetivo alfabetizar as crianças na idade adequada, a fim de superar os altos índices de analfabetismo no país, visto que:

> Ao aderir ao Pacto, os entes governamentais comprometem-se a: I. Alfabetizar todas as crianças em Língua portuguesa e em matemática. II. Realizar avaliações anuais universais, aplicadas pelo Inep, junto aos concluintes do 3° ano do ensino fundamental. III. No caso dos estados, apoiar os municípios que tenham aderido às ações do Pacto, para sua efetiva implementação. (BRASIL, 2012a, p. 11).

Em 2014, o PNAIC teve a adesão de 27 estados e 5.420 municípios; teve parceria com 38 universidades formadoras e 318.507 professores alfabetizadores cursistas. Segundo Romeu Caputo, essa é a principal política do MEC, sendo acompanhada pelo Mais Educação, "programa indutor do conceito de Educação Integral, que aumenta a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades e acompanhamento pedagógico" (BASÍLIO, 2014).

Percebe-se, portanto, que o Pacto é voltado para o ensino de leitura, escrita e conhecimentos matemáticos, na idade adequada assumindo a responsabilidade de oferecer às crianças de até oito anos de idade uma educação que garanta ao término do 3° ano do ensino fundamental alcançando os objetivos deste ciclo.

> As ações do Pacto são um conjunto integrado de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas que serão disponibilizados pelo Ministério da Educação e que contribuem para a alfabetização e o letramento, tendo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores. (BRASIL, 2012a, p. 11).

Nesse processo, a alfabetização oferece várias modalidades de atividades e suporte pedagógicos, oferecidos pelo MEC que deverão ajudar no ensino de língua portuguesa e conhecimentos matemáticos, sem contar que o PNAIC, também, oferece capacitação para os professores participantes. Porém, essas atividades se firmam em quatro eixos de desenvolvimento: "Formação Continuada de Professores Alfabetizadores; Materiais Didáticos e Pedagógicos; Avaliações e Gestão, Controle Social e Mobilização". (BRASIL, 2012a, p.11).

Conforme as definições do Pacto (2012), os professores responsáveis em alfabetizar essas crianças serão, antes, capacitados por meio de formação presencial com a duração de 2 anos, totalizando uma carga horária de 120 horas anual, com conteúdos centrados no Programa Pró-Letramento, a partir de metodologia diversificada. Essa formação será coordenada por orientadores de estudo, profissionais qualificados para essa finalidade.

Ressalta-se que o Programa preocupa-se em avaliar o desempenho dos alunos, considerando que anualmente são avaliados por meio da Provinha Brasil

aplicada a cada aluno objetivando descobrir o nível de ensino de cada criança.

No ano de 2014, o MEC divulgou um documento informando as normas de *premiação e reconhecimento* aos profissionais alfabetizadores e instituições escolares que mais se destacaram no desenvolvimento das ações do Pacto, ponderando os resultados apresentados nas avaliações. Os responsáveis para dirigir o PNAIC são organizados em quatro instâncias que, em conjunto, monitoram seu desenvolvimento, e contam, também, com o apoio do MEC objetivando oferecer um atendimento educacional mais satisfatório (BRASIL, 2012a).

> Em face da relevância deste compromisso, o Ministério da Educação acredita que todos os estados e municípios farão a adesão ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, ou seja, se comprometerão a alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade e aceitarão participar das avaliações promovidas pelo Ministério da Educação, independentemente dos métodos e materiais utilizados nas suas redes. (BRASIL, 2012a, p. 14).

Em síntese, o MEC está investindo na aprovação dos estados e municípios em adotarem o programa e em contribuir com a alfabetização dessas crianças, assumindo assim esse compromisso e se prontificando a ser julgado, mesmo que as alternativas didáticas usadas sejam independentes.

De acordo com o Caderno de Apresentação do PNAIC (BRASIL, 2012a), quanto as atividades, caso os estados e municípios já desenvolvam outros programas na mesma linha, direcionados à alfabetização, o MEC irá, antes, avaliar. Vale ressaltar que, a capacitação dos professores envolvidos será baseada em materiais didáticos disponibilizados pelo MEC.

Ainda de acordo com o Caderno de Apresentação (BRASIL, 20112a), toda e qualquer escola de ensino fundamental que tiver interesse, pode aderir ao programa, até mesmo a escola do campo, uma vez que, a característica do campo está inclusa ao Programa e foram confeccionados materiais de estudo, especialmente, para os professores das turmas constituídas por alunos ingressos com idades variadas.

3.1 Definições e estrutura do PNAIC

O PNAIC foi elaborado pelo governo federal objetivando desenvolver ações voltadas para a alfabetização de crianças até 8 anos de idade e conta com a colaboração de todos os estados e da maioria dos municípios do país para que,

juntos, possam garantir um ensino eficiente.

Conforme o PNAIC, as atividades a serem desenvolvidas no Programa de Alfabetização, baseia-se na organização de materiais e propostas pedagógicas que o MEC dispõe para subsidiar o ensino da leitura e escrita, e possibilitar acriança fazer uso desse aprendizado nas práticas sociais. Assim, uma das prioridades para assegura o bom desempenho desse Pacto trata-se da formação dos professores alfabetizadores, fundamentada em quatro eixos para melhor subsidiar o desenvolvimento das ações educativas.

> Estar alfabetizado significa ser capaz de interagir por meio de textos escritos em diferentes situações. Significa ler e produzir textos para atender a diferentes propósitos. A criança alfabetizada compreende o sistema alfabético de escrita, sendo capaz de ler e escrever, com autonomia, textos de circulação social que tratem de temáticas familiares ao aprendiz. (BRASIL, 2012a, p. 17).

Nesse sentido, a proposta do Pacto, significa tornar a criança capaz de adequar-se aos diferentes contextos, ou seja, fazer uso da leitura para suprir suas necessidades do dia a dia. Assim, o Pacto considera a criança alfabetizada àquela que tem opinião própria diante dos problemas que ocorrem em sua realidade, e, para atender a essas necessidades da criança, os textos a serem trabalhados no Programa precisam estar condizentes com o mundo que as cerca.

Desse modo, o processo de alfabetização deverá ser desenvolvido em ciclo, compreendido em um período de três anos.

> O ciclo da alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental é um tempo sequencial de três anos (600 dias letivos), sem interrupções, dedicados à inserção da criança na cultura escolar, à aprendizagem da leitura e da escrita, à ampliação das capacidades de produção e compreensão de textos orais em situações familiares e não familiares e à ampliação do universo de referências culturais dos alunos nas diferentes áreas do conhecimento. (BRASIL, 2012a, p. 17).

Assim sendo, no período de três anos, com início no 1° ano estendendo-se até ao 3°ano do ensino fundamental, a criança precisa obrigatoriamente estar alfabetizada, mediante um ensino que permita-lhe desenvolver suas capacidades linguísticas, necessárias à sua vida cotidiana.

> Ao final do ciclo de alfabetização, a criança tem o direito de saber ler e escrever, com domínio do sistema alfabético de escrita, textos para atender a diferentes propósitos. Considerando a complexidade de tais aprendizagens, concebe-se que o tempo de 600 dias letivos é um período necessário para que seja assegurado a cada criança o direito às aprendizagens básicas da apropriação da leitura e da escrita. (BRASIL, 2012a, p. 17).

Em síntese, a proposta do PNAIC é garantir o direito da criança dentro de um período de 600 dias letivos, ler e escrever convencionalmente, uma vez que, o Pacto compreende esse tempo ideal para concretizar tal propósito. Para tanto, o currículo do Pacto deve atender também as determinações previstas na LDB para o Ensino Fundamental de Nove Anos.

> A aprendizagem da leitura e da escrita deve ocorrer em situações em que as crianças se apropriam de conhecimentos que compõem a base nacional comum para o ensino fundamental de nove anos (linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e ensino religioso). (BRASIL, 2012a, p. 18).

Portanto, o processo de ensino proposto pelo PNAIC deve contemplar os objetivos do ensino fundamental de nove anos, ou seja, além do ensino de linguagens e conhecimentos matemáticos, as outras áreas do conhecimento precisam, também, ser trabalhadas, uma vez que todas envolvem a leitura e a escrita.

3.2 Público alvo e suas características

De acordo com o Pacto (BRASIL, 2012a), o compromisso assumido pelo MEC consistir em fazer com que todas as crianças sejam alfabetizadas até completarem oito anos de idade, isto é, o público alvo dessa empreitada são as crianças matriculadas no ensino fundamental, uma vez que, mesmo tendo concluído esse nível de ensino muitas apresentam dificuldade de ler e escrever.

> Na história do Brasil, temos vivenciado a dura realidade de identificar que muitas crianças têm concluído sua escolarização sem estarem plenamente alfabetizadas. Assim, este Pacto surge como uma luta para garantir o direito de alfabetização plena ameninas e meninos, até o 3°ano do ciclo de alfabetização. (BRASIL, 2012a, p. 5).

Desse modo, na história da educação brasileira, observa-se que muitas crianças mesmo tendo frequentado a instituição escolar regularmente, saem sem saber ler e escrever, e por essa razão o Pacto propõe-se a superar esse problema, garantindo a todas as crianças tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino estarem alfabetizadas até o 3° ano do ciclo de alfabetização

Entende-se que, nesse processo, o ambiente alfabetizador merece atenção diferenciada, uma vez que na sala de aula existem culturas diversas. Cada criança tem suas especificidades e precisam ser respeitadas, assim como, o ritmo de aprendizagem de cada uma e seus conhecimentos prévios também.

> Para que, de fato, as crianças estejam alfabetizadas aos oito anos de idade, necessitamos promover o ensino do sistema de escrita desde o primeiro ano do Ensino Fundamental e garantir que os conhecimentos relativos às correspondências grafofônicas sejam consolidadas nos dois anos seguintes. (BRASIL, 2012d, p. 17).

Nesse sentido, para que a meta do PNAIC de alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade seja alcançada, as práticas de ensino devem possibilitar o processo de alfabetização da criança desde o início do ensino fundamental, com o intuito de assegurar nos dois anos posteriores o domínio da leitura e da escrita.

> Aos oito anos de idade, os alunos precisam, portanto, ter a compreensão do funcionamento do Sistema de Escrita Alfabética; o domínio das correspondências grafofônicas, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas irregulares e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos; a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos. (BRASIL, 2012d, p. 17).

Em função dessas proposições, os alunos precisam até os oitos de idade entender a finalidade da escrita, ainda que não escrevam corretamente, mas precisam ler convencionalmente, isto é, compreender o que leem.

> Se as crianças concluem o primeiro ano do Ensino Fundamental compreendendo os princípios básicos do sistema de escrita, será muito mais provável que consigam consolidar a fluência de leitura e de produção de textos nos anos seguintes, que possam ganhar autonomia e lidar com os textos de modo mais seguro. (BRASIL, 2012d, p. 19).

Desse modo, se os alunos ao final do primeiro ano do ensino fundamental entenderem o que a escrita representa, certamente haverá a promoção e o domínio da leitura, e, consequentemente, nos anos posteriores ser capaz de produzir textos com mais eficiência.

> Caso algumas crianças ainda não tenham alcançado o domínio da base alfabética, é necessário favorecer também essas aprendizagens. Desse modo, em relação à leitura e à escrita, no terceiro ano, é preciso organizar o tempo de modo que sejam planejadas situações de aprendizagem acerca do funcionamento do sistema de escrita, caso algumas crianças ainda não compreendam os princípios do sistema de Escrita Alfabética. (BRASIL, 2012d, p. 19).

Por conseguinte, entende-se que as crianças ao apresentarem dificuldades em identificar as letras do alfabeto e o som das letras, os professores devem criar as condições que possibilitem essa aprendizagem. Quanto às crianças do 3°ano, no que diz respeito à leitura e a escrita, as atividades precisam ser bem planejadas, de modo a atender as necessidades dessas crianças e fazê-las

entender a função da escrita.

> O direito à Educação Básica é garantido a todos os brasileiros e, segundo prevê a Lei 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 'tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores'. (BRASIL, 2012d, p. 19).

Assim, todos os cidadãos têm o direito à educação perante a lei, portanto, cabe à escola além de oferecer atendimento igualitário a todos, oferecer um ensino de qualidade, de modo a contribuir para a formação de um sujeito leitor competente, conforme as determinações legais. Nesse sentido, a alfabetização proposta pelo Pacto visa alfabetizar todas as crianças até oito anos de idade a fim de que ela não apresente dificuldades de aprendizagem futuras.

3.3 A concepção de alfabetização no PNAIC

Compreende-se a alfabetização como processo de ensino da leitura e da escrita que permite ao sujeito desenvolver a capacidade de comunicar-se com o mundo a sua volta de maneira crítica. Portanto, não pode ser vista como a simples capacidade de ler e escrever tecnicamente, mas pensar o sujeito como ser capaz de participar e agir no mundo de maneira autônoma.

De acordo com Ferreiro (2011), a concepção de alfabetização tradicional e seu processo de aprendizagem acontecem de maneira distinta.

> Há uma diferença fundamental entre a concepção tradicional, que considera que o primeiro passo na aquisição da língua escrita é a aquisição de uma técnica de codificação/decodificação, e a caracterização desse processo de aquisição como a compreensão de um modo particular de representação da linguagem. (FERREIRO, 2011, p. 61).

Nesse sentido, entende-se que a aprendizagem da leitura e da escrita dá-se a partir da decodificação dos símbolos, porém, a criança precisa entender o que esses signos representam para ela, ou seja, não basta decodificar os signos da escrita, mas compreender sua função, considerando que a decodificação faz parte desse processo.

Desse modo, a alfabetização na concepção tradicional prioriza a memorização das letras no ensino da leitura, ou seja, a prática de exercícios prontos que não estimulam a criança a pensar sobre o que escreve. Tal posição contrapõe-

se a concepção de Ferreiro (2011), segundo a qual é fundamental que o aluno compreenda a função da escrita.

Depreende-se, portanto, que o processo de alfabetização não acontece a partir de modelos prontos, visando apenas a coordenação motora. A alfabetização possibilita ao aluno fazer uso da linguagem em diversas situações da vida cotidiana.

Conforme Cagliari (2009), a alfabetização, desde as últimas décadas do século XX, figura entre os temas de grande relevância no cenário educacional, discutido por pesquisadores, entretanto, permanecem até os dias atuais os mesmos problemas no que diz respeito ao processo de ensino de leitura e escrita. Porém, nos últimos anos, essa temática tem recebido mais atenção com o intuito de superar tais problemas.

Ainda segundo Cagliari (2009, p. 5), "primordialmente, a alfabetização é a aprendizagem da escrita e da leitura". Evidencia-se que, a alfabetização é um processo pelo o qual o sujeito aprende a ler e a escrever.

> O processo de alfabetização inclui muitos fatores, e, quanto mais ciente estiver o professor de como se dá o processo de aquisição de conhecimento, de como a criança se situa em termos de desenvolvimento emocional, de como vem evoluindo o seu processo de interação social, da natureza da realidade linguística envolvida no momento em que está acontecendo a alfabetização, mais condições terá esse professor de encaminhar de forma agradável e produtiva o processo de aprendizagem, sem os sofrimentos habituais. (CAGLIARI, 2009, p. 6).

Desse modo, o ensino da leitura e escrita envolve uma série de fatores, e o professor precisa compreender como acontece esse processo de desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos: psicológicos, emocionais e sociais, uma vez que esse aprendizado da leitura e da escrita estar associado a vida social da criança, portanto, cabe ao professor apropriar-se de conhecimentos teóricos necessários para compreender e ajudar a criança nesse processo de aprendizagem.

> Agindo dessa forma, o professor estará mais livre para selecionar os métodos, as técnicas; buscará os rumos e o ritmo que considerar mais adequados a sua turma, colocando sua sensibilidade acima de qualquer modelo preestabelecido. Além dessas noções mencionadas como necessárias ao bom andamento dos trabalhos escolares, é de fundamental importância que o professor conheça um pouco melhor a escola na sua relação com a sociedade, pois o seu espaço de trabalho não se restringe à sala de aula. (CAGLIARI, 2009, p. 7).

Nessa perspectiva, o professor alfabetizador precisa selecionar cuidadosamente suas metodologias de ensino, conhecer bem seus alunos, o contexto social da escola, a fim de corresponder as reais necessidades dos alunos,

considerando a importância que tem o professor relacionar os conteúdos trabalhados à realidade das crianças.

> A alfabetização é, sem dúvida, o momento mais importante da formação escolar de uma pessoa, assim como a invenção da escrita foi o momento mais importante da história da humanidade, pois somente através dos registros escritos o saber acumulado pode ser controlado pelos indivíduos. (CAGLIARI, 2009, p. 7).

Compreende-se que, o aprendizado da leitura e da escrita constitui-se um momento impar na vida do sujeito e deixa marcas que serão lembradas na idade adulta, portanto, cabe ao professor alfabetizador utilizar meios adequados que ajude o aluno a tornar-se um ser ativo e crítico, uma vez que, esses saberes são necessários à sua vida cotidiana.

De acordo com os Referenciais Curriculares da Educação Infantil (RECNEI),

> A alfabetização não é o desenvolvimento de capacidade relacionadas à percepção, memorização e treino de um conjunto de habilidades sensório-motoras. É, antes, um processo no qual as crianças precisam resolver problemas de natureza lógica até chegarem a compreender de que forma a escrita alfabética em português representa a linguagem, e assim poderem escrever e ler por si mesmas. (BRASIL, 1998, p. 122).

Nesse sentido, o processo de alfabetização ocorre a partir de atividades que possibilitam a criança desenvolverem suas capacidades linguísticas, pois a simples memorização sem a compreensão do que a escrita representa não ajuda a criança a solucionar operações psicológicas e se relacionar com o mundo.

De acordo com o PNAIC (BRASIL, 2012a), o processo de alfabetização deve considerar as teorias construtivistas e interacionista defendidas por vários autores como, por exemplo, as teorias de Ferreiro e Teberosky (1984), uma vez que estas proporcionam a inovação das ações pedagógicas.

> Para Ferreiro e Teberosky (1984), assim como para outros pesquisadores (REGO, 1988), é interagindo com a escrita, contemplando seus usos e funções, que as crianças se apropriam da escrita alfabética, e não a partir da leitura de textos, ‘forjados’ como os presentes em diferentes cartilhas de alfabetização. (BRASIL, 2012c, p. 17).

Nessa perspectiva, o processo de alfabetização acontece a partir do contato da criança com textos significativos para ela, ou seja, não é qualquer texto que vai fazê-la entender a representação da escrita. Para tanto, faz-se necessário que o professor selecione bem os textos a serem trabalhados.

> Dependendo das oportunidades de vivenciar práticas diferenciadas de leitura e produção de textos (tanto na escola como fora dela), os aprendizes poderiam ter maior ou menor conhecimento sobre a 'linguagem que usamos ao escrever' textos de diferentes gêneros e sobre os diferentes usos sociais que damos a eles. (BRASIL, 2012c, p. 17).

Nesse sentido, o que vai favorecer o aprendizado da leitura e da escrita na criança são as oportunidades proporcionadas pelo professor, ou seja, em oferecer textos que estejam presentes no contexto social da criança, de diferentes gêneros, visto que, em seu cotidiano, a criança vivencia práticas diversificadas de leitura.

> Podemos ver que as crianças pequenas que escutam frequentemente histórias lidas por adultos (em casa ou na escola), são capazes de pegar um livro e fingir que leem a história usando, para isso, uma linguagem característica desse gênero. (BRASIL, 2012c, p. 17).

Ressalta-se que as crianças quando, desde pequenas, têm contato com a leitura, desenvolvem o hábito de leitura mais rapidamente em relação àquelas que não convivem com essa prática constante. Vale lembrar que além de desenvolver suas capacidades linguísticas são também capazes de identificar os diferentes tipos de textos.

> É importante destacar que apenas a interação com textos que circulam na sociedade não garante que os alunos se apropriem da escrita alfabética, uma vez que, no geral, essa aprendizagem não acontece de forma espontânea, mas exige um trabalho de reflexão sobre as características do nosso sistema de escrita. (BRASIL, 2012c, p. 17).

Em síntese, faz-se necessário observar que o professor além de trabalhar os textos presentes no cotidiano da criança, também estimule-a a compreendê-los, pois, a aprendizagem da leitura pela criança depende, em parte, das metodologias utilizadas pelo professor alfabetizador.

Entende-se que uma criança não deve ser alfabetizada de qualquer jeito, tendo em vista que tal criança integra um contexto social que precisa ser considerado, portanto, cabe ao professor conhecer o meio no qual a criança vive e relacionar essa aprendizagem a sua realidade social.

A resolução CNE/CEB n°7, de 14 de dezembro de 2010, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, estabelece no art. 30, que os três anos iniciais do Ensino Fundamental devem assegurar a alfabetização e o letramento, bem como o desenvolvimento da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais Artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia (MORTATTI,

2014).

Nesse sentido, o currículo do ensino fundamental deve garantir além da alfabetização e letramento, conhecimentos científicos das demais áreas, ou seja, as propostas de ensino precisam ser reorganizadas a fim de atender as determinações legais, assegurando aos alunos conhecimentos necessários a continuidade de sua escolaridade futura, conforme propõe a legislação do Pacto.

3.4 Os fundamentos legais do Pacto

Para compreender a importância do PNAIC convém situar outros documentos legais como a LDB e o PNE 2011-2020 que respaldam a alfabetização. A LDB (BRASIL, 2013b, p. 22), na Seção III, do Ensino Fundamental destaca no artigo 32:

> O ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:
> I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; [...].

Como pode-se notar, a alfabetização dos alunos é assegurada no término do Ensino Fundamental. Desse ponto de vista, o PNE reitera tal compromisso na Meta 9 quando propõe “Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional até o final da década”. (BRASIL, 2011, p. 61). Meta ousada e tão sonhada.

De acordo com o que preceitua o Pacto (2007), as crianças, obrigatoriamente, precisam estar alfabetizadas até os oito anos de idade, conforme estabelece a Lei 11. 274/2006, que ampliou o ensino fundamental de oito para nove anos.

Diante do que propõe o PNAIC (2007, p. 18),

> As crianças têm direito de se apropriar do sistema alfabético de escrita e, de forma autônoma, de participar de situações de leitura e escrita. Aquelas que não sabem ler e escrever textos com autonomia têm dificuldades para dar continuidade ao processo de escolarização e de participar de várias situações extraescolares.

Partindo do princípio de que a criança é um ser de direitos, cabe a escola, sobretudo, ao professor oferecer no espaço da sala de aula condições que possibilitem a criança desenvolver suas capacidades linguísticas, a partir de práticas

diversificadas e dinâmicas, evitando assim, dificuldades nos anos seguintes.

Portanto, considera-se importante ressaltar ainda, o parágrafo primeiro do artigo 30 da Resolução CNE/CEB n°7, de 14 de dezembro de 2010 que diz:

> Mesmo quando o sistema de ensino ou a escola, no uso de sua autonomia, fizerem opção pelo regime seriado, será necessário considerar os três anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupção, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos. (MORTATTI, 2014).

Desse modo, observa-se que as escolas podem organizar o ensino de leitura e escrita em um sistema seriado, porém, as crianças deverão ser alfabetizadas dentro do período estabelecido pelo Pacto, sem interrupções compreendido entre os três primeiros anos de escolaridade do Ensino Fundamental, oferecendo a todos as mesmas oportunidades de aprendizagem.

Segundo o Pacto (BRASIL, 2012a, p. 20),

> Há vários fatores envolvidos no processo de alfabetização, mas três, em especial, merecem ser destacados. Em primeiro lugar, é fundamental contar com professores alfabetizadores bem preparados, motivados e comprometidos com o desafio de orientar as crianças nesta etapa da trajetória escolar.

Compreende-se que considerar a formação do professor alfabetizador é de suma importância, uma vez que, o professor bem preparado oferece mais oportunidades do aluno tornar-se alfabetizado, pois, a boa qualificação profissional permite ao professor adotar um perfil inovador e fazer a diferença no contexto da sala de aula.

Evidencia-se que o cuidado em organizar os materiais pedagógicos é essencial, uma vez que quando despertam o interesse dos alunos, a criança apresenta um desenvolvimento escolar mais satisfatório. Para tanto, não basta o professor apresentar variados tipos de recursos didáticos, precisa sobretudo, saber usá-los.

O Pacto (BRASIL, 2012a, p. 20), destaca ainda que:

> O êxito do processo de alfabetização reside também na capacidade de acompanhar continuamente o progresso da aprendizagem das crianças, por meio de avaliações contínuas, que podem ser baseadas em observações e registros sistemáticos de cada criança, bem como por avaliações estruturadas, a exemplo da Provinha Brasil.

Nesse sentido, é imprescindível que sejam feitas as avaliações continuamente, visto que a avaliação além de permitir ao professor repensar sua

ação pedagógica, possibilita ao aluno aprender mais. Refletindo acerca dos fatores que envolvem o processo de alfabetização do Pacto, convém ressaltar, também, os fundamentos teóricos-metodológicos que subsidiam tal proposta.

3.5 Métodos e Estratégias do Pacto

Conforme Albuquerque (2012), ao longo dos últimos anos desse século XXI a discussão acerca dos métodos de alfabetização voltou-se para a definição dos meios mais adequados para o ensino de leitura e escrita, uma vez que, até os anos de 1980 eram considerados os melhores métodos, os sintéticos, analíticos e analíticos sintéticos.

Diante dessa discussão Albuquerque (2012, p. 7) ressalta:

> Tais métodos, apesar de se diferenciarem no que se refere à unidade da língua que serviria como ponto de partida para o ensino da leitura e da escrita (letras, fonemas, sílabas, palavras, textos), se assemelhavam em muitos aspectos. Todos se baseavam em uma concepção de leitura e escrita como decodificação e codificação.

Constata-se que, mesmo sendo diferentes, existem semelhanças entre eles, uma vez que o foco desse ensino estar centralizado na concepção de escrita como decorrente da decodificação dos símbolos.

Partindo desse entendimento, Albuquerque (2012, p. 8) acrescenta:

> O aprendizado do código alfabético se dava por meio do ensino transmissivo da língua, seguindo uma progressão pré-determinada que ia das unidades mais fáceis para as mais difíceis. Partia-se do pressuposto de que todos os alunos iniciavam o processo sem conhecimento algum sobre a escrita e que cabia aos professores o ensino das letras, sílabas e palavras. Ao aluno, nessa concepção, cabia um papel passivo de 'recebedor' de algo pronto: a língua.

O ensino baseado no método sintético e analítico desenvolve-se a partir da transmissão de letras e palavras, considerando tal maneira a mais fácil da criança aprender. Portanto, essa prática não se preocupa em explorar os conhecimentos acerca do que a escrita representa para o aluno.

Albuquerque (2012, p. 9), faz uma crítica acerca desses métodos quando adverte que "o sistema era excludente e atendia de forma efetiva a uma pequena parcela da população". Isso implica dizer que, apenas alguns alunos tinham o privilégio de aprender a ler e escrever, pois, os alunos que apresentavam dificuldades eram excluídos, sem contar que, o contexto social das crianças não era

valorizado.

De acordo com o PNAIC (BRASIL, 2012a), as estratégias se constituem em um conjunto de atividades oferecidas pelo MEC que tem por finalidade alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade, distribuídas em quatro tipos de ações, anteriormente citadas, que são: Formação Continuada, Materiais Didáticos e Pedagógicos, Avaliações e Gestão, Controle Social e Mobilização.

Quanto as estratégias e ações do Pacto (BRASIL, 2012a, p. 19), destaca-se:

> Existem vários métodos e estratégias de alfabetização. Todavia, é importante destacar que as novas demandas colocadas pelas práticas sociais de leitura e de escrita têm criado novas formas de pensar e conceber o fenômeno da alfabetização. Portanto, os métodos e estratégias que levam as crianças a somente apropriar-se do sistema de escrita, encarando-a como um código a ser memorizado, são insuficientes para suprir tais demandas.

No que se refere aos programas de alfabetização no Brasil nas últimas décadas vale considerar as contribuições de Ferreiro (2011), uma vez que, a autora faz um breve histórico acerca do tema.

4 PNAIC: O QUE? POR QUÊ?

Referindo-se aos acontecimentos importantes relacionados a alfabetização de crianças nas últimas décadas, Ferreiro (2011), destaca que, na década de 1970, na Cidade do México, aconteceu uma reunião promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com a presença de ministros da Educação de vários países, que ficou conhecida por Projeto Principal de Educação para América Latina e Caribe.

Segundo Ferreiro (2011, p. 7):

> Enquadrado em um espírito de "final do século", esse Projeto propõe-se a realizar ações concertadas e eficazes para conseguir, antes de 1999, a escolarização de todas as crianças, oferecendo uma educação geral mínima de 8 a 10 anos; eliminar, para a mesma data, o analfabetismo adulto; melhorar e ampliar a qualidade e eficiência dos sistemas educativos.

Com base no exposto acima, o projeto objetivava desenvolver atividades educacionais gratuitamente a todas as crianças com idade de oito a dez anos, sem discriminação, oferecendo de maneira igualitária oportunidades de aprendizagem, a fim de superar o analfabetismo apresentado pelo público adulto, garantindo desse modo, um ensino de qualidade.

Reportando-se a década de 1980, Ferreiro (2011, p. 7, grifo da autora), comenta que "a década de 1980 foi particularmente ruim para a educação em nossa região. A famosa 'crise econômica' provocou, entre outras consequências bem conhecidas, uma forte redução do gasto público em educação".

Compreende-se que o ano de 1980 não trouxe boas contribuições para a população do país, principalmente no setor educacional, visto que, a tal "crise econômica", provocou à diminuição dos investimentos na área da educação, causando assim grandes danos às pessoas menos privilegiadas.

Ainda nas palavras de Ferreiro (2011, p. 7, grifo da autora):

> Um documento recente, conjunto entre Cepal[6] e Unesco, sustenta que 'o gasto público em educação nos países da América Latina e Caribe em seu conjunto contraiu-se marcadamente na primeira parte do decênio de 1980, de 32.700 milhões de dólares em 1980 a 28.600 milhões em 1985, uma redução de 12% em termos nominais e superior a 30% em termos reais'.

Observa-se nas palavras da autora que os investimentos para a educação, na década de 1980, foram visivelmente reduzidos, tornando assim, o

[6]Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

problema educacional ainda pior, uma vez que, a preocupação do governo é o setor econômico.

Referindo-se ainda, a mesma década, Ferreiro (2011, p. 7) destaca:

> Ao final da década de 1980, volta-se a ouvir a voz da Unesco, que declara 1990 como o Ano Internacional da Alfabetização. Uma série de reuniões preparatórias tem lugar em nossa região, entre elas uma Consulta Técnica Preparatória em Havana (Cuba), organizada pelo escritório da Unesco (Orealc), em março de 1988.

Nesse sentido, no fim da década de 1980, a Unesco promoveu várias reuniões, resultando desses encontros registros que marcaram a década de 1990 como o "Ano Internacional da Alfabetização".

Ainda sobre a reunião já citada Ferreiro (2011, p. 7, grifo da autora) comenta:

> Participei com um documento que visa contribuir para a discussão sobre os objetivos da alfabetização inicial, a necessidade de encontrar parâmetros de 'qualidade da alfabetização', e a análise dos mecanismos internos à instituição escolar que contribuem para o fracasso dos setores sociais que mais dependem da escola para alfabetizar-se.

Referindo-se a tal reunião da Unesco na década de 1980, a autora colaborou de forma significativa com o processo de alfabetização, uma vez que esta se preocupou em oferecer um ensino de qualidade de modo a contribuir com as questões sociais, considerando a interferência de tais questões no processo alfabetizador.

Enfatizando a década de 1990, Ferreiro (2011, p. 7, grifo nosso) diz:

> 1990 inicia-se com uma novidade: não somente os organismos internacionais tradicionalmente vinculados à educação (Unesco, Unicef[7]) inauguram a década da alfabetização e da educação básica, mas também o Banco Mundial decide investir na educação básica e incidir sobre as políticas dos governos. Em Jomtien (Tailândia), março de 1990, é firmada a Declaração Mundial sobre Educação para todos.

Entende-se que a década de 1990, com a proposta conferida pela Unesco, "Declaração Mundial sobre Educação para todos", garantiu em várias partes do mundo o acesso de todos a educação, firmando-se também, o compromisso da alfabetização e da educação básica, cabendo aos governos implantarem políticas para garantir um ensino de qualidade.

Desse modo, a partir da década de 1990, destaca-se a preocupação com a alfabetização de crianças, uma vez que, a aprovação da LDB n° 9394/96, coloca

[7]Fundo das Nações Unidas para a Infância

no centro do debate o atendimento à educação básica, exigindo que o governo cumpra sua função.

Com a reestruturação do Ensino Fundamental de nove anos, (BRASIL, 2006), o governo demonstra preocupação e urgência em garantir uma educação de qualidade para todas as crianças do país, firmando o compromisso de criar políticas voltadas também para o público infantil, adolescente e jovem, aprovando assim, a Lei n° 11.274/2006, que assegura mais crianças nas instituições escolares.

Haddad apud Brasil (2006, p. 3), ressalta:

> A importância dessa decisão política relaciona-se, também, ao fato de recentes pesquisas mostrarem que 81, 7% das crianças de seis anos estão na escola, sendo que 38, 9% frequentam a educação infantil, 13, 6% pertencem às classes de alfabetização e 29, 6% estão no ensino fundamental.

Percebe-se que a decisão tomada pelo MEC é estender a duração do ensino, uma vez que, foi comprovado em estudos feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística(IBGE) que as crianças quando ingressam na instituição escolar mais cedo, consequentemente, aprendem mais, e isso refere-se também às questões voltadas para o ensino de leitura e da escrita, visto que, estudos também comprovam o avanço das crianças no processo de alfabetização.

Para Leal apud Brasil (2006, p. 69), o aprendizado das crianças tem início quando ainda são bem pequenas.

> As crianças, desde muito cedo, convivem com a língua oral em diferentes situações: os adultos que a cercam falam perto delas e com elas. A linguagem ocupa, assim, um papel central nas relações sociais vivenciadas por crianças e adultos. Por meio da oralidade, as crianças participam de diferentes situações de interação social e aprendem sobre elas próprias, sobre a natureza e sobre a sociedade.

Portanto, certos de que a criança aprende desde muito cedo a comunicar-se utilizando a linguagem, fator primordial para a interação social, torna-se evidente a necessidade de pensar com seriedade o ensino de leitura e escrita voltado para o público infantil e adolescente.

Desse modo, após a ampliação do Ensino Fundamental de nove anos, o governo preocupou-se também, em criar um programa de alfabetização para crianças, oportunizando a todas na idade de seis a oito anos estarem alfabetizadas, uma vez que, esse tem sido um desafio permanente ao longo das últimas décadas, pois as dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita ainda persistem.

O Pacto por sua vez, (BRASIL, 2012a, p. 7) caracteriza-se como:

> Uma ação inédita que conta com a participação articulada do governo federal e dos governos estaduais e municipais, dispostos a mobilizar o melhor dos seus esforços e recursos, valorizando e apoiando professores e escolas, proporcionando materiais didáticos de alta qualidade para todas as crianças e implementando sistemas adequados de avaliação, gestão e monitoramento.

Assim, conforme o PNAIC (BRASIL, 2012a), a alfabetização ocupa lugar de destaque nos anos iniciais do Ensino Fundamental, visto tratar-se de um compromisso firmado, conforme lei n° 6.094 de 24/4/2007, para garantir que todas as crianças em idade de seis a oito anos alcancem o pleno domínio da leitura e escrita, uma vez que, segundo o MEC este é um meio eficiente e eficaz para que todas as crianças tenham compreensão da função da escrita e saibam fazer uso dela.

Para realização da análise e discussão do tema proposto nesta pesquisa, destacaram-se os elementos essenciais para entendimento e descrição do PNAIC a seguir.

4.2 O que é o PNAIC

Quando questiona-se o que é o PNAIC, compreende-se como um compromisso para alfabetizar as crianças em língua portuguesa e matemática, realizando as avaliações pelo Inep, implementado nos municípios que se comprometeram com o Pacto. Desse modo, governo federal, estados e municípios tornam-se responsáveis pelas articulações, afim de promover a consolidação do PNAIC. Diante dessa proposta, convém destacar a existência de outros documentos legais como o PDE e o PNE, que abordam, enfaticamente, a alfabetização das crianças até os oito anos de idade.

4.3 Por que um Pacto

Compreende-se que a educação ao longo dos anos passou por mudanças significativas e que, no âmbito educacional os resultados são a longo prazo, porém, considerando o histórico da educação no país e visando uma educação para os novos tempos, a alfabetização na idade certa é antes de tudo um desafio, uma vez que para suprir as necessidades da nova sociedade precisa-se desenvolver uma prática educativa que esteja inter-relacionada com a vida dos

sujeitos em sua formação humana, garantindo, dessa forma, a todos, o direito ao domínio da leitura e escrita, por meio de práticas que permitam igualdade de oportunidade de aprendizagem.

O desenvolvimento da pesquisa permitiu construir uma visão crítica a respeito de procedimentos adotados em sala de aula no processo de ensino de leitura e escrita, visto que, ainda existem práticas que não estimulam os alunos a desenvolverem uma visão crítica do meio em que vivem, uma vez que, muitos professores não reconhecem o devido valor da leitura e da escrita e, portanto, não a utilizam como uma atividade permanente. Por fim, realizou-se a análise e discussão dos dados, levantados por meio de pesquisas bibliográficas.

A discussão acerca da alfabetização até os oito anos de idade implica na compreensão de que a leitura constitui-se condição salutar para a participação ativa do sujeito na sociedade. A alfabetização de todas as crianças é um dos grandes desafios da educação brasileira. Com isso, o PNAIC propõe que toda criança seja alfabetizada até os oito anos, ou seja, até o terceiro ano do Ensino Fundamental, superando o estigma social de que muitas crianças finalizam o ciclo sem estarem alfabetizadas.

4.4 A concepção teórico-metodológica do PNAIC

As esferas de governo federal, estadual e municipal assumiram um compromisso para desenvolver ações que assegurem a alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática, de todas as crianças até oito anos de idade e/ou que concluírem o 3º ano do Ensino Fundamental, realização de avaliações anuais universais junto aos alunos, para isso, os municípios contam com o apoio dos estados ao qual fazem parte (BRASIL, 2012a, p. 11).

O Pacto tem como características principais a integração de ações, materiais, gestão partilhada nas três esferas governamentais e perspectiva de garantia de aprendizagem e desenvolvimento a partir de avaliações anuais.

Para tanto, assinaram um Pacto, formal, que tem nas ações previstas cronogramas, materiais, e referenciais curriculares e pedagógicas. Neste sentido, destaca-se que embora não exista um modelo único para ensinar a ler e a escrever, faz-se necessário promover ações que visem compreender que as novas teorias elaboradas devem provocar toda a comunidade escolar a pensar em adotar um novo

perfil e cumprir a legislação vigente, uma vez que, o processo de ensino e de aprendizagem deve estimular o aluno a refletir sobre o que e como aprende, bem como, a comunidade a pensar sobre qual sua função em tal processo, ajudando-os a interpretar e intervir na realidade social em que vivem.

Para contextualizar os aspectos legais que orientam o PNAIC, apresenta-se, a seguir, os documentos relacionados ao acordo:

Figura 1 - Fundamentos legais do PNAIC

LEGISLAÇÃO	IMPLICAÇÕES
Lei nº 11.273, de6 de fevereiro de 2006	Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.
Portaria nº867, de4 de julho de 2012	Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e define suas ações e diretrizes gerais.
Medida Provisória nº 586, de 8 de novembro de 2012	Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e dá outras providências.
Portaria nº 1.458, de 14 de dezembro de 2012	Define categorias e parâmetros para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, na forma do art. 2º, inciso I, da Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012.
Portaria nº 90, de 6 de fevereiro de 2013	Define o valor máximo das bolsas para os profissionais da educação participantes da formação continuada de professores alfabetizadores no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.
Resolução nº 4, de 27 de fevereiro de 2013	Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa para a Formação Continuada de Professores Alfabetizadores, no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.
Lei nº 12.801, de 24 de abril de 2013	Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e altera as Leis nº 5.537,

	de 21 de novembro de 1968, 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 10.260, de 12 de julho de 2001.
Resolução nº 12, de 8 de maio de 2013	Altera dispositivos da Resolução CD/FNDE nº 4, de 27 de fevereiro de 2013, que estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa para a Formação Continuada de Professores Alfabetizadores, no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

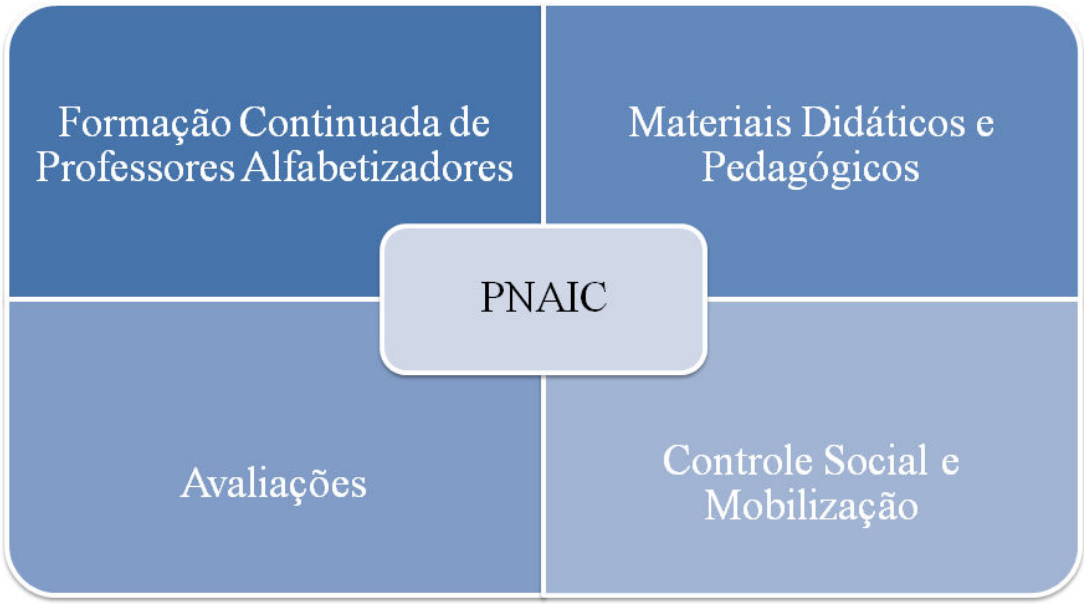
Fonte: Elaborado pelas autoras (2015)

Nesta perspectiva, Cruz (2008, p. 6, grifo do autor) destaca que:

> Ao concebermos a educação como um direito, somos impelidos a pensar na inclusão como princípio de organização do currículo. Significa considerar a necessidade de que todos os estudantes tenham acesso ao conhecimento e avancem nas suas aprendizagens. Para isso, é primordial a consideração dos *direitos de aprendizagem* como um compromisso social, de modo a garantir que até ao 3º ano do Ensino Fundamental todos estejam alfabetizados.

O PNAIC inclui avaliações anuais, formação continuada de professores e distribuição de materiais didáticos. O estudo apontou que a valorização da prática de leitura contribui de maneira bastante significativa para a formação de um sujeito pensante e ativo na sociedade.

Figura 2 – Ações desenvolvidas pelo Pacto



Fonte: Elaborado pelas autoras (2015)

A alfabetização concretiza-se quando a criança além de saber ler, escrever e fazer as quatro operações matemáticas, sabe contextualizar tudo o que aprendeu com as suas experiências diárias. Cabe ao professor alfabetizador, ser proativo e preocupar-se diariamente com a aprendizagem dos seus alunos. Esse é o primeiro passo, pois o professor alfabetizador precisa ter clareza da sua função e de como suas ações repercutirão na vida de cada aluno, tendo em vista que a alfabetização é um processo de reflexão.

Como pode-se observar, o Pacto está organizado em quatro eixos: formação de professores, materiais didáticos, avaliações e gestão, controle social e mobilização, a fim de promover o sucesso escolar do aluno.

Sobre o eixo Formação Continuada destaca-se:

> I – **Formação continuada** – Curso presencial de 2 anos para professores alfabetizadores, com carga horária de 120 horas por ano, baseado no Programa Pró-Letramento, cuja metodologia propõe estudos e atividades práticas. Os encontros com os Professores alfabetizadores serão conduzidos por Orientadores de Estudos. (BRASIL, 2012a, p. 12, grifo do autor).

Dessa forma, entende-se que o preparo adequado para um melhor desempenho dos professores alfabetizadores do Pacto, requer desse profissional a participação integral nos encontros previstos, ministrado por um orientador qualificado, que auxiliará nas suas práticas cotidianas de sala de aula. Vale ressaltar que, de acordo com o PNAIC (BRASIL, 2012a, p. 13), os orientadores que ajudarão os professores alfabetizadores são da rede, preparados para melhor ajudá-los.

> Um fator importante é a disponibilidade de materiais didáticos e pedagógicos apropriados e que estimulem a aprendizagem, tais como livros didáticos, paradidáticos, obras de literatura, jogos e mídias variadas. Todavia, não basta dispor desses materiais, é fundamental que os professores saibam manuseá-los e extrair dos conteúdos o máximo de possibilidades para dinamizar as aulas e alcançar os objetivos da alfabetização em cada ano.

Valorizar a seleção de materiais didáticos a serem utilizados faz parte da proposta do Pacto (BRASIL, 2012a, grifo do autor):

> II **Materiais Didáticos e Pedagógicos** – Este eixo é formado por conjuntos de materiais específicos para alfabetização, tais como: livros didáticos (entregues pelo PNLD[8]) e respectivos manuais do professor; obras pedagógicas complementares aos livros didáticos e acervos de dicionários de Língua Portuguesa (também distribuídos pelo PNLD); jogos pedagógicos de apoio à alfabetização; obras de referência, de literatura e de pesquisa

[8]Programa Nacional do Livro Didático

> (entregues pelo PNBE[9]); obras de apoio pedagógico aos professores; e tecnologias educacionais de apoio à alfabetização. Além de novos conteúdos para alfabetização, muda também a quantidade de materiais entregues às escolas, cujos acervos serão calculados por número de turmas de alfabetização e não por escola, possibilitando aos docentes e alunos explorar melhor os conteúdos. (BRASIL, 2012a, p. 12, grifo nosso).

Compreende-se que, os materiais disponíveis pelo MEC ajudarão no desempenho do professor alfabetizador em sala de aula, uma vez que, o kit oferecido, além de ser disponível a todas as escolas, contém várias alternativas que o professor poderá utilizar como suporte para seu trabalho pedagógico.

No eixo referente a Avaliação, cabe destacar:

> III **Avaliações** – Este eixo reúne três componentes principais: avaliações processuais, debatidas durante o curso de formação, que podem ser desenvolvidas e realizadas continuamente pelo professor junto aos educandos. A segunda mudança refere-se à disponibilização de um sistema informatizado no qual os professores deverão inserir os resultados da Provinha Brasil de cada criança, no início e no final do 2°ano e que permitirá aos docentes e gestores analisar de forma agregada essas informações e adotar eventuais ajustes. (BRASIL, 2012a, p. 13, grifo do autor).

Percebe-se que a avaliação do PNAIC reúne alguns critérios fundamentais, na qual a avaliação processual constitui-se a primeira e necessária, pois, continuamente os alunos devem ser avaliados para melhor compreender seu desempenho. A segunda trata do compromisso dos profissionais envolvidos no programa em atender as determinações do MEC relacionadas ao resultado da Provinha Brasil.

Assim, ainda referente à avaliação do programa ressalta-se:

> A terceira medida é a aplicação, junto aos alunos concluintes do 3°ano, de uma avaliação externa universal, pelo INEP, visando aferir o nível de alfabetização alcançado ao final do ciclo, e que possibilitará às redes implementar medidas e políticas corretivas. Também neste caso, o custo dos sistemas e das avaliações externas será assumido pelo Ministério da Educação. (BRASIL, 2012a, p. 13).

Percebe-se que, o terceiro critério de avaliação do PNAIC refere-se a uma avaliação do INEP direcionada aos alunos concluintes do ciclo, com o intuito de saber o nível de desempenho desses alunos em relação ao processo de alfabetização.

Quanto ao eixo que trata sobre a gestão, destaca-se:

> IV - **Gestão, Controle Social e Mobilização** – o arranjo institucional proposto para gerir o Pacto é formado por quatro instâncias: I - um Comitê Gestor Nacional; II) uma coordenação institucional em cada estado,

[9]Programa Nacional Biblioteca da Escola

> composta por diversas entidade, com atribuições estratégicas e de mobilização em torno dos objetivos do Pacto; III) Coordenação Estadual, responsável pela implementação e monitoramento das ações na sua rede e pelo apoio à implementação nos municípios; (BRASIL, 2012a, p. 14, grifo do autor).

Assim, para que o programa alcance um resultado satisfatório, necessita de uma boa organização, bem como, de uma coordenação em cada estado visando um acompanhamento mais seguro do trabalho desenvolvido nos municípios, além de outras medidas de controle do programa, como:

> IV - Coordenação Municipal, responsável pela implementação e monitoramento das ações da rede. Ainda neste eixo, destaca-se a importância do sistema de monitoramento que será disponibilizado pelo MEC, destinado a apoiar as redes e a assegurar a implementação de diferentes etapas do Pacto. Por fim, ressalta-se também a ênfase do MEC no fortalecimento dos conselhos de educação, dos conselhos escolares e de outras instâncias e municípios. (BRASIL, 2012a, p. 2).

Entende-se que, a Secretaria de Educação Municipal é encarregada pela avaliação de desempenho das atividades desenvolvidas pelos coordenadores e professores do Programa a fim de garantir um resultado escolar satisfatório dos alunos, assim também, como a ajuda dos conselhos escolares, em relação ao público alvo, que são os alunos.

Desse modo, o PNAIC dispõe de materiais didáticos e pedagógicos voltados especificamente para ensinar ler e escrever os alunos matriculados no ciclo e subsidiar a prática educativa do professor. Os materiais oferecidos pelo Pacto são: livros didáticos, jogos educativos, dicionários e livros literários para cada educando, e guias de instruções do programa para o professor objetivando oferecer melhores condições de trabalhar os conteúdos.

No que diz respeito aos conteúdos, segundo Silva (2014, p. 32, grifo do autor), o programa levanta alguns questionamentos, a saber:

> Os conteúdos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais fazem sentido e tem valor para a vida dos alunos? Os professores estão qualificados e empenhados em ensiná-los da melhor forma? Os conteúdos são um raciocínio constante e planejados de acordo com a idade e ano dos alunos? E os conteúdos das diferentes disciplinas estão inter-relacionados? Cabe ao professor a responsabilidade e interesse de exercitá-los, lembrando que o ‘como fazer’ faz toda a diferença.

Os métodos de alfabetização são os mais variados e, a formação continuada constitui-se de experiências, que oferecem novos subsídios aos professores, cabendo a cada um, compromisso e responsabilidade com seu desenvolvimento profissional afim de oportunizar uma prática docente diferenciada e

de qualidade que garantam o sucesso da aprendizagem dos alunos, construída diariamente, na abordagem dos conteúdos, no desenvolvimento das metodologias adotadas e no acompanhamento da aprendizagem.

Em síntese, para que as crianças sejam alfabetizadas até completarem oito anos de idade, é fundamental que desde o primeiro ano do Ensino Fundamental sejam trabalhados os conhecimentos linguísticos, para que ao chegarem nos anos seguintes não apresentem dificuldades e o resultado final seja satisfatório. “A criança deve desenvolver a habilidade de fazer uso desse sistema em diversas situações comunicativas”. (BRASIL, 2012b, p. 7). Assim, as práticas de leitura na sala de aula devem permite ao aluno a compreensão e reflexão acerca do que está lendo.

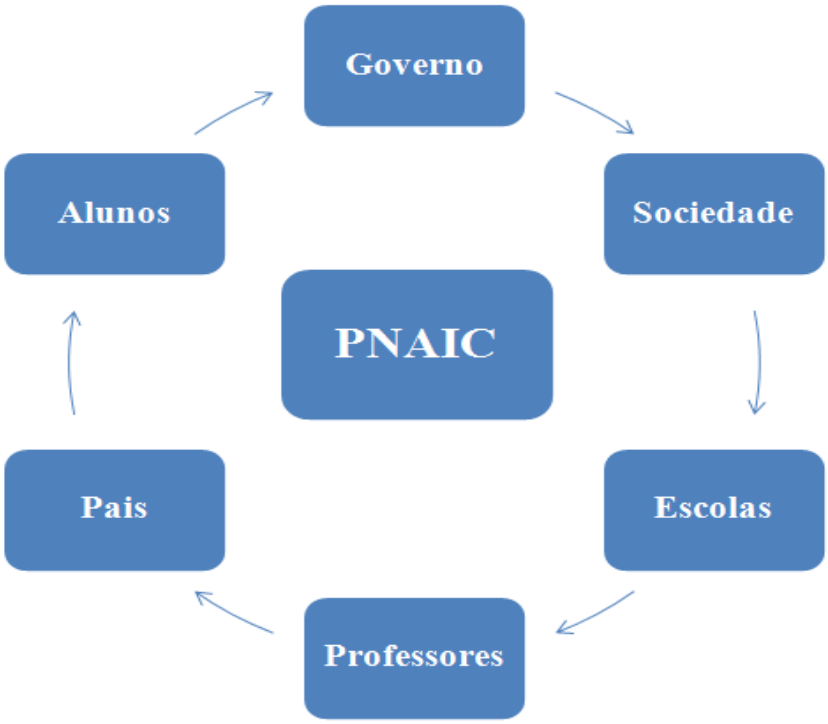
> As crianças têm direito de se apropriar do sistema alfabético de escrita e, de forma autônoma, de participar de situações de leitura e escrita. Aquelas que não sabem ler e escrever textos com autonomia têm dificuldade para dar continuidade ao processo de escolarização e de participar de várias situações extraescolares. (BRASIL, 2012a, p. 14).

Compreende-se que as crianças têm direito na aquisição da linguagem escrita, de modo que seja capaz de expressar-se criticamente nas diversas situações do cotidiano, pois, aquelas crianças que não detêm esse poder de leitura crítica estão suscetíveis a enfrentarem dificuldades para continuarem os estudos e participar de situações em outros contextos sociais.

Com base nos RECNEI, compreende-se que o processo de alfabetização não acontece a partir de modelos prontos, visando apenas a coordenação motora. A alfabetização possibilita ao aluno o uso da linguagem em diversas situações da vida cotidiana.

Para o sucesso do PNAIC, existe a proposição um conjunto de parcerias que precisam ser efetivadas, entre eles destacam-se investimentos do governo, da sociedade, professores envolvidos, escolas, pais e do empenho do aluno.

Figura 3 - Parcerias para o PNAIC



Fonte: Elaborado pelas autoras (2015)

Segundo Batista (2007), não é fácil garantir a efetivação da leitura, escrita e conhecimentos matemáticos básicos para crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental, mas considerando que, essas crianças já chegam à escola com conhecimentos prévios, se as metodologias utilizadas no cotidiano escolar e as parcerias com todos os envolvidos nesse processo forem adequadas e efetivas, certamente os objetivos propostos pelo Pacto serão alcançados.

5 CONCLUSÃO

O domínio da leitura e escrita, assim como seu uso, são fundamentais para que o sujeito participe ativamente das diferentes situações de seu cotidiano, tenha acesso às diversas áreas de conhecimento, fato que implica diretamente, na necessidade de políticas públicas para a efetivação na qualidade do ensino nas escolas, sobretudo, no oferecimento das condições adequadas para que o aluno desenvolva suas capacidades e atinja seu potencial, respeitando o tempo e os espaços de formação formal.

Neste contexto, diante das discussões e dos dados apresentados neste estudo, destaca-se que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, uma proposta de atendimento escolar que objetiva a alfabetização plena dos sujeitos até a idade de oito anos, apresenta um conjunto de ações para a melhoria do ensino, cumprindo assim, a legislação vigente no Brasil.

O Pacto estrutura-se como um conjunto de ações integradas e materiais próprios, na gestão partilhada, com a perspectiva de que a aprendizagem da criança depende de uma intervenção direta do professor, considerando, durante todo o processo, que na construção do conhecimento linguístico, os erros dos alunos podem mediar e, muitas vezes, direcionar o processo de ensino e de aprendizagem.

No decorrer deste estudo, atribuiu-se à aprendizagem de leitura e escrita, o caminho para muitas outras aprendizagens, uma vez que, precisa-se ter bem claro, quais são as reais necessidades dos alunos quanto qual o é seu papel na sociedade, para assim, refletir acerca da necessidade de se formar leitores competentes, entendendo-se, sobretudo que a alfabetização não é uma simples transmissão ou decodificação do conhecimento, mas um processo de compreensão do ler, escrever, ouvir, falar, contar, etc.

Desse modo, a Alfabetização na Idade Certa propõe que a escola ofereça a todos os alunos as mesmas condições de aprendizagem, cumprindo assim, o acordo feito em promover o pleno domínio de leitura e escrita às crianças de seis a oito anos de idade. Vale ressaltar, que cada criança tem características próprias e que precisam ser consideradas.

Diante de tal proposição, entende-se que a prática de ensino da leitura e escrita deve ser bem pensada, bem articulada, ou seja, esse processo de ensino deve proporcionar a criança situações desafiadoras e reflexivas, que resulte em uma

ação crítica e ativa por parte da criança.

Nesse processo de compreensão do mundo, o PNAIC enfatiza também, as contribuições do lúdico, as atividades planejadas e sobretudo, avaliadas, professores presentes, atuantes, em constante formação durante todo o processo de ensino e aprendizagem do aluno.

Trabalhar atividades diversas como jogos, brincadeiras, dramatização, danças, construção de objetos e brinquedos juntamente com as crianças, é um elemento importante de ligação da criança ao conhecimento. Por sua vez, a alfabetização precisa estar articulada com a realidade dos alunos.

Outra questão que diz respeito à prática educativa do professor alfabetizador, é o desafio de alfabetizar as crianças até os oito anos de idade, porém, há que se considerar, que embora a proposta do PNAIC seja voltada para alunos do 1º ao 3°ano do ensino fundamental, observando-se que há um ciclo, um planejamento, dentro de um sistema de avaliações institucionais, pautado não só no currículo mas na clientela e a compreensão de que a criança precisa aprender os sistemas de linguagem oral, escrita e os conhecimentos matemáticos para alcançar os objetivos da formação formal, os resultados das ações do Pacto só serão positivos se todos os envolvidos assumirem este compromisso com seriedade.

Assim, o PNAIC apresenta-se como uma possibilidade para superar os problemas de aprendizagem de leitura e escrita no país. Conta com a colaboração dos governos federais, estaduais e municipais a fim de dá suporte ao programa. Para tanto, investe na valorização do professor, uma vez que este profissional exerce uma função decisiva nesse processo, na seleção dos recursos didáticos, assim como, na avaliação, gestão e monitoramento.

Por fim, compreende-se que a pesquisa não se encerra com este estudo e nem o assunto foi explorado em sua totalidade, pois na relação teoria e prática os objetos desta pesquisa ainda serão concretizados, possibilitando novas pesquisas. Entretanto, espera-se estimular a reflexão crítica acerca da temática apresentada.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela da S. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul.-set. 2010.

AHLERT, Alvori. Políticas Públicas e Educação na Construção de uma cidadania participativa, no contexto do debate sobre ciência e tecnologia. **EDUCERE.** Revista da Educação. Vol. 3, n. 2, julho/dez., 2003.

ALBUQUERQUE, Eliana Correia de. Currículo no ciclo de alfabetização: princípios gerias. In: BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa:** concepções e princípios: ano 1: unidade 1. Brasília: MEC, SEB, 2012.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública.** Campinas SP. Autores Associados, 1997.

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

BASÍLIO, Ana Luiza. **A alfabetização discutida à luz das políticas públicas.** Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/noticias/a-alfabetizacao-discutida-a-luz-das-politicas-publicas/>. Acesso em: 13 dez. 2014.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Pró – Letramento:** Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: alfabetização e linguagem, - ed. ver. e ampl. Incluindo SAEB/Prova Brasil matriz de referência/secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

BELLO, José Luiz de Paiva. **História da Educação no Brasil.** Disponível em: <www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb01.htm>. Acesso em: 18 jan. 2013.

BRANDÃO, C. F. **LDB passo a passo:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Nº 9.394/96 comentada e interpretada, artigo por artigo. 4. ed. São Paulo: Avercamp, 2010.

BRASIL. **Referencial Curricular para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Ensino Fundamental de nove anos:** orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Ministério da Educação. Brasília, 2006.

_____. **Aprova Brasil:** o direito de aprender: boas práticas em escolas públicas avaliadas pela Prova Brasil/ [parceria entre] Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Fundo das Nações Unidas para a Infância. 2. ed. Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2007a.

_____. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Diário Oficial da União. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2007b.

_____. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB): Lei nº 11.494/2017. Ministério de Educação. Brasília: MEC, SEB, 2007c.

_____. **PDE:** Plano de Desenvolvimento da Educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores. Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** 6 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

_____. **O PNE 2011-2020:** metas e estratégias. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2011.

_____. **Avaliação nacional da alfabetização (ANA):** documento básico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013a.

_____. **LDB:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]. 8. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013b.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.>. Acesso em: 03 jul. 2014.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística.** 11. ed. São Paulo: Scipione, 2009.

CRUZ, Magna do Carmo Silva. **Alfabetizar letrando:** alguns desafios do 1º ciclo no Ensino Fundamental. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

DEMO, Pedro. **Politicidade:** razão humana. Campinas: Papirus, 2002.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização.** São Paulo: Cortez, 1985.

_____. Os processos de leitura e escrita: novas perspectivas/trad. Luiza Maria Silveira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

_____. **Alfabetização em processo:** (tradução Sara Cunha Lima, Marisa do Nascimento Paro). 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade.** 6. ed. Coleção Universitária. São Paulo: Moraes,1986.

GATTI, Bernadete; BARRETO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Políticas docentes no Brasil:** um estado da arte. Brasília, DF: UNESCO, 2011. Disponível em: <http://unesdoc.unesco. org/images/0021/002121/212183por.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Corno elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

HÖFLING, Eloisa de Matos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes.** Ano XXI, nº 55, novembro, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estados.** 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>. Acesso em: 12 jul. 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Atlas, 2011.

KISHIMOTO, Tizuko M et al. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MORTATTI. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. **Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.** 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2014.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje**. São Paulo: Cortez, 1994.

NOBRE, Eduardo A. C. **As transformações recentes dos sistemas capitalista:** reestruturação econômica e os paradigmas do desenvolvimento. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/docentes/depprojeto/e_nobre/pos_grad/aula_1.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2014.

PINTO, J. M. R. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. **Educação & Sociedade,** Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007.

SADEK, Maria Tereza. O pacto federativo em questão. **RBCS.** v. 15, n. 42, fev. 2000.

SILVA, Grazieli Brito da. **Sujeitos de um ofício.** Chapadinha: Faculdade do Baixo Parnaíba, 2014.

VELLOSO, Jacques. **Colóquio sobre mecanismos e problemas de financiamento da educação.** Série debates, 4. Pontifício Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação. São Paulo, outubro, 1996.